



**PRIMEIRO
MINISTRO**

**ALOCUÇÃO DE
SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO
DR. RUI MARIA DE ARAÚJO
POR OCASIÃO DA CONFERÊNCIA “IGREJA COM O SEU
ROSTO TIMORENSE”**

“ A Igreja na Luta pela Libertação Nacional: Memória e Reflexão”

Palácio de Lahane
9 de Abril de 2015



Palácio do Governo,
Avenida Presidente Nicolau Lobato,
Dili, Timor-Leste

Sua Excelência, Reverendíssimo Bispo de Baucau e Administrador Apostólico de Díli, Dom Basílio do Nascimento

Sua Excelência, Reverendíssimo Bispo de Maliana, Dom Norberto Amaral

Distintos Senhores Membros do Parlamento Nacional

Distintos Senhores Membros do Governo

Excelentíssimo Senhor Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dr. Fidelis Magalhães

Magnífico Reitor do Instituto Superior de Filosofia e Teologia Dom Jaime Garcia Goulart, Padre Domingos da Costa Alves

Exmos. Senhores Membros do Conselho Superior do Instituto Superior de Filosofia e Teologia Dom Jaime Garcia Goulart

Exmos. Senhores Padres e Senhoras Madres

Exmos. Senhores Membros da Comissão Organizadora da Conferência

Exmos. Senhores Conferencistas,

Ilustres convidados,

Caros estudantes,

Senhoras e Senhores,

Quero, antes de mais, em meu nome pessoal e como Chefe do Governo, renovar os votos de sentidas condolências à Igreja timorense que perdeu tão recentemente um dos seus rostos. Um rosto que marcou indubitavelmente a sua história e que tão bem representa o papel que esta teve na luta pela Libertação Nacional.

O Reverendíssimo Dom Alberto Ricardo da Silva, numa vida dedicada a Timor-Leste e ao seu povo, acolheu e protegeu os jovens timorenses na sua paróquia em Motael aquando do Massacre de Santa Cruz, em Novembro de 1991, e sofreu com eles a violência da sua repressão. Um homem da Igreja e um homem do seu país, um homem que personificou exatamente aquilo de que hoje vos venho falar – o apoio da Igreja à causa timorense.

Agradeço o convite da Presidência da República e do Instituto Superior de Filosofia e Teologia Dom Jaime Garcia Goulart para ser orador nesta Conferência cujo tema é a “Igreja com o seu rosto timorense”.

Baseando-me no tópic que me foi atribuído, “A Igreja na luta pela Libertação Nacional: Memória e Reflexão”, procurei resgatar da memória alguns factos históricos e refletir sobre o papel da Igreja Católica em Timor-Leste durante a ocupação indonésia, o qual se pautou pela defesa dos direitos humanos, pela defesa de um povo que lutou pela Libertação Nacional.

Mas eu diria que o contributo da Igreja para a causa da independência antecede este período: o contributo fundamental foi forjar a própria identidade timorense que, ao longo dos séculos e no contacto com esta, se foi moldando na diversidade dos nossos antepassados, das nossas culturas e tradições e que depois, durante 24 anos de muita violência, se viu reforçada pela absoluta convicção da justiça da causa da independência, da liberdade e da soberania do nosso povo. De facto, o que nos distingue efetivamente dos nossos países vizinhos, dos seus povos e culturas é precisamente o resultado do contacto com a Igreja e os seus missionários, portugueses, os quais contribuíram inquestionavelmente para a emergência de uma identidade própria e diria mesmo única nesta nossa meia ilha do sudeste asiático.

Exatamente porque a Igreja teve uma influência determinante na autodeterminação do povo de Timor-Leste, e que extravasa o período temporal da ocupação indonésia, vou de forma breve contextualizar a chegada e a permanência da Igreja, isto é, o início da cristianização da ilha de Timor. Vou abordar também a presença da Igreja já no período colonial, quando já se verifica o estabelecimento efetivo da governação portuguesa, ainda que reduzida e de pouca expressão territorial, e em que a Igreja já lança as bases para a emancipação cultural timorense, dando o seu inestimável contributo na formação e educação dos timorenses. Finalmente, focar-me-ei na análise do importantíssimo papel da Igreja Católica no período da ocupação indonésia, período em que a religião católica se definitivamente firmou na nossa terra, na nossa alma e corações, onde elementos fundamentais de identidade, como é o caso da língua tétum, foram resgatados e fortaleceram ainda mais o sentido da luta em prol de uma causa nacional.

E para falarmos do começo, da chegada do cristianismo e do catolicismo à ilha de Timor, temos de falar dos portugueses e do enclave de Oe-cusse, temos de falar que há 500 anos atrás missionários portugueses desembarcaram em Lifau e marcaram na nossa história um dos aspetos fundadores e diferenciadores de Timor-Leste – a religião católica – religião professada por 96,9% da população do país, de acordo com o censo de 2010.

A chegada dos portugueses foi pois, e em primeira instância, a chegada de uma nova religião, abraçada e apropriada muito antes da própria colonização do território. Como se sabe, a chegada dos portugueses ao território de Timor em 1515 não se traduziu no início da colonização da ilha, a qual efetivamente só veio a ocorrer alguns séculos mais tarde. Note-se que a chegada do primeiro governador português, António Coelho Guerreiro,

ocorreu apenas em 1702, e aí sim se verifica o início da implantação de uma muito pequena estrutura governativa, administrativa e militar. E é de facto muito interessante notar, de acordo com literatura histórica disponível, que aquando da chegada do primeiro governador já uma parte da aristocracia de Timor se encontrava convertida, com nome cristão e português. Quero com isto salientar que o cristianismo não entrou na nossa cultura e na nossa história pelas armas e pela imposição, mas sim fruto de rotas comerciais estabelecidas que tinham no sândalo um bem a explorar, e que permitiu que homens, imbuídos de verdadeiro espírito de missão, chegassem e percorressem o interior do nosso território para evangelizar em nome de Portugal.

Menciono este facto porque o julgo fundamental para explicar a forma como a cristianização foi bem acolhida em muitos dos reinos existentes na Ilha, e como a presença da Igreja, através das ordens religiosas, começa a sua história e relação com os povos de Timor antes de qualquer poder colonial se impor no território. Na perceção dos Senhores Padres João Felgueiras e José Martins, registada no livro as “Nossas Memórias de Vida em Timor”, “o cristianismo veio elevar, dignificar e enriquecer o que já palpitava na natureza do povo timorense, isto é, o cristianismo ao chegar encontrou um povo com o sentido de Deus (Maromak) e sentido de Sagrado (Lulik)”.

Já no período mais efetivo da colonização portuguesa, que julgo não acontecer senão a partir de meados do Séc. XIX, verifica-se uma maior presença da Igreja, em que as ordens religiosas voltaram a instalar-se com maior representatividade no território do já Timor português, e que foram fundamentais na formação dos timorenses, designadamente com a abertura de algumas escolas, colégios e seminários. Não foi, infelizmente, uma presença global e que chegasse a todos, mas onde se estabeleceu, fez sem dúvida a diferença e marcou gerações, cuja formação base lhes permitiu destacarem-se intelectualmente. O colégio de Soibada é disso exemplo.

Este é pois um período em que a Igreja Católica timorense começa a criar as suas bases, em que a evangelização é também reforçada pela formação de um clero local. E tenho de mencionar a importante obra de Dom Jaime Garcia Goulart, primeiro Bispo de Díli, e que lançou as bases da revista Seara criada em 1949, primeira publicação católica que foi muito importante na evangelização e como veículo de conhecimento sobre o trabalho desenvolvido pelos missionários espalhados pelo território. Até a revista ser definitivamente cancelada em 1973, por pressões da polícia política, acabaram por ser publicados artigos, reflexões e até críticas ao regime colonial, já deixando transparecer a construção de um movimento nacionalista timorense.

Entrando agora no período específico da ocupação indonésia, quero mencionar alguns factos que são fundamentais para se compreender a importância do papel da Igreja Católica, e dos padres e madres que nas suas missões protegeram e apoiaram o povo, e

continuaram a contribuir para a construção de um sentimento nacional e identitário. Como se sabe, os timorenses foram obrigados a escolher uma das cinco religiões reconhecidas pela República da Indonésia. A religião católica foi, naturalmente, a escolhida pela maioria da população, estimando-se que entre 1973 e o final do período da ocupação indonésia a percentagem de católicos tenha aumentado de 29% para 90%.

Temos ainda duas decisões importantes tomadas pela Igreja que foram determinantes para o fortalecimento da própria Igreja Timorense. Por um lado, a decisão da hierarquia da Igreja em Roma ter mantido uma relação direta com a Igreja Timorense, não a subordinando à hierarquia católica Indonésia. Por outro lado, a extraordinária decisão da Igreja Timorense de adotar o tétum como a sua língua de liturgia e de doutrina. O tétum tornou-se, assim, a língua da religião e a língua partilhada por um povo cada vez mais próximo e cuja aspiração à autodeterminação foi progressivamente fortalecida, como já referi, por um sentimento de identidade em construção.

A Igreja Católica e o espírito missionário de padres e madres timorenses, mas também religiosos de outros países, como foi o caso dos Senhores Padres João de Deus, João Felgueiras, José Martins, Elígio Locatelli, entre outros, que permaneceram em Timor-Leste neste período, foram essenciais para a construção de uma relação de confiança, de fé, de devoção e da construção de um sentimento de verdadeira justiça em torno da causa da independência.

A visita a Timor-Leste de Sua Santidade o Papa João Paulo II, em 1989, foi um momento de extraordinária importância para a nossa Luta. A celebração da eucaristia em Díli contou com uma participação massiva do povo e os jovens, que se mobilizaram e participaram tão devotamente nesta histórica missa, demonstraram a sua enorme coragem ao manifestarem o desejo da liberdade e da independência. O Santo Papa João Paulo II trouxe esperança e trouxe conforto, e colocou Timor-Leste na agenda internacional.

O Massacre de Santa Cruz, a 12 de Novembro de 1991, é um momento trágico cuja lembrança perdurará para sempre na nossa história e onde a Igreja, uma vez mais, apoiou e protegeu a população massacrada e violentada. A Igreja templo foi, em muitos momentos, o local de proteção de um povo perseguido e se nem sempre conseguiu garantir a sua proteção física, conseguiu sem dúvida proteger e acompanhar espiritualmente um povo que nunca perdeu a fé nem a esperança num Timor-Leste independente. Não esqueçamos por isso os homens e mulheres da Igreja, que dedicaram a sua vida a Timor e às suas gentes e que perderam a sua própria vida em massacres como os que aconteceram no Suai ou em Liquiça.

Senhoras e Senhores,

Infelizmente o tempo é reduzido e por isso vou mencionar especificamente o papel de dois homens da Igreja que tiveram uma atuação determinante na luta da independência: D. Martinho da Costa Lopes, que devotou toda a sua força à causa timorense, sofreu com o seu povo, denunciou as atrocidades cometidas pelos indonésios e que nunca desistiu de lutar pela defesa dos direitos humanos em Timor-Leste. Como sabem, Timor-Leste tem a ordem honorífica D. Martinho da Costa Lopes, um elemento significativo do reconhecimento formal do Estado ao apoio fundamental que a Igreja, padres e madres deram ao povo durante a luta pela Libertação Nacional.

Também D. Carlos Filipe Ximenes Belo, prémio Nobel da Paz em 1996, denunciou os crimes e exigiu justiça para o povo de Timor-Leste, tendo-se feito valer da Igreja ser a única instituição que, à época, conseguia ter contato com o exterior para pedir em 1989 um referendo à Organização das Nações Unidas para a autodeterminação de Timor-Leste.

A Igreja Católica foi efetivamente determinante na luta da independência de Timor-Leste, foi determinante no processo de construção da identidade timorense e é sem dúvida um parceiro fundamental do Estado rumo à construção de um país solidário, fraterno e humanista.

Para terminar, quero apenas salientar que o demonstrativo maior do reconhecimento do importantíssimo papel que a Igreja Católica teve na luta pela independência é a sua merecida valorização inscrita na Lei Fundamental do país – a Constituição da República - que refere no seu artigo 11, dos Princípios Fundamentais, que “o Estado reconhece e valoriza a participação da Igreja Católica no processo de Libertação Nacional de Timor-Leste”.

E porque é também fundamental falar do presente e do futuro, quero aproveitar esta oportunidade para reiterar a importância de se continuar a reforçar a cooperação entre o Estado e a Igreja. O papel da Igreja na vida da sociedade é muito importante e o seu contributo na consolidação dos valores e na formação humanista dos cidadãos é vital para aspirarmos a um desenvolvimento justo, dando resposta às necessidades mais prementes de um povo que vivendo agora em paz precisa de se libertar da pobreza e viver com dignidade e bem-estar.

Muito obrigado.

Díli, 9 de Abril de 2015
Dr. Rui Maria de Araújo